

Palavra do Editor

Caro(a) leitor(a), estamos entregando o primeiro número do ano de 2023. Gostaria de estar mais feliz hoje, mas escrevo esta carta com uma dor muito grande, após a perda do professor Gilberto Martins, que fez grandes mudanças na pesquisa contábil brasileira e criou dois importantes congressos na área: o Congresso USP de Contabilidade e o de Iniciação Científica.

Dito isso, gostaria de parabenizar os artigos que serão publicados nesta edição. É um caminho árduo para todos, mas bastante prazeroso, quando finalizado.

Em análise aos artigos do ano passado, vemos uma REPeC mais inclusiva, com contribuições vindas de diferentes estados, mais autoras e pesquisas de qualidade, mas que possivelmente não teriam chance em outras revistas.

Neste primeiro número do ano, não será diferente, pois iniciamos com o editorial das professoras Mara Jane Contrera Malacrida e Mariana Mitiyo Yamamoto. Esse editorial convidado traz as histórias e experiências da primeira mulher chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP. Ele apresenta a perspectiva do outro lado da janela, sob o prisma da orientadora e amiga, além de trazer a visão do espelho, quando nos observamos na jornada. Espero que este editorial dissemine esperança e possibilidades para tantas outras mulheres em nosso meio contábil, empresarial, acadêmico e diário.

O segundo artigo é escrito pelos autores Larissa Costa, Paulo Lustosa e Jorge Niyama. Este artigo tem como objetivo realizar uma análise comparativa entre as diferentes formas de redução do valor contábil do *goodwill*, à luz do Iasb *Discussion Paper/2020/1*. Com base nas reivindicações dos *stakeholders* ao Iasb, foi identificado que o teste de *impairment*, método atual de redução do *goodwill*, possui diversas limitações, tais como alto custo, reconhecimento tardio e efeito *shielding*, o que implica uma redução na qualidade da informação contábil. Portanto, o estudo lança luz sobre uma alternativa consoante com uma nova abordagem do *goodwill* desenvolvida por uma pesquisa do professor Lustosa: a redução pela baixa proporcional, a fim de representar, de forma mais relevante e fidedigna, a situação econômico-financeira das empresas.

O terceiro artigo é escrito por Julio Machado e tem como objetivo analisar a influência do nível de intangibilidade sobre o conservadorismo contábil. Neste artigo, o autor partiu de evidências de que a valorização das ações pode influenciar a discricionariedade nas práticas contábeis e também de que ativos intangíveis registrados podem melhorar a qualidade das informações. Entre os resultados, a intangibilidade baseada em valor de mercado apresentou relação negativa com conservadorismo. Por outro lado, a intangibilidade baseada em valor contábil apresentou relação positiva. Adicionalmente, observou-se que as empresas com maior intangibilidade a partir de valor de mercado não apresentaram o atributo conservadorismo.

O quarto artigo foi escrito por Elizio dos Reis, Hugo Ferreira, Kelly Nunes e Jacqueline Veneroso. Teve como objetivo verificar de que forma os *accruals* calculados pela abordagem do balanço patrimonial e da demonstração dos fluxos de caixa são similares. Os resultados apontaram uma diferença entre as duas abordagens, indicando que não são estatisticamente semelhantes. Na aplicação no modelo de predição de fluxos de caixa, a abordagem de *accruals* calculados pela demonstração dos fluxos de caixa se mostrou mais adequada que a abordagem pelo balanço patrimonial.

O quinto foi escrito pelos autores Rudolph Teixeira, Adriano Rodrigues e Marcelo Alvaro. O objetivo do artigo foi verificar se os planos de benefício definido (BD) e contribuição variável (CV), das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) brasileiras, tendem a apresentar um volume de solvência igual ou acima do padrão de equilíbrio, quando estão próximos de atingi-lo. Os resultados demonstraram que existe uma grande descontinuidade nas distribuições dos histogramas entre a classe que inclui o índice de cobertura de equilíbrio e a classe logo abaixo. Também foi encontrado um volume de solvência estatisticamente positivo para os planos de empresas privadas, que são regidos por uma estrutura de governança concentrada em torno das patrocinadoras, e para os planos localizados no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que possuem, em média, despesas administrativas superiores às dos planos situados nos demais estados.

O sexto artigo é escrito por Thiago Sena, Sheizi de Freitas e Jorge de Santana Jr. Este artigo teve como objetivo verificar a relação entre o nível de legibilidade das notas explicativas e as práticas de gerenciamento de resultado por empresas listadas na [B]³ entre os anos de 2010 a 2018. Os resultados revelam que não há relação estatisticamente significativa entre a legibilidade das notas explicativas e o nível de gerenciamento de resultados, mesmo quando comparadas as empresas que mais gerenciam resultados com as demais. Os resultados se mostram robustos, uma vez que testes adicionais apresentam os coeficientes na mesma direção e significância.

Por fim, ressalto que a REPeC não é uma publicação apenas ligada à educação, mas a várias áreas, como financeira, gerencial, pública, tributária, de auditoria, entre outras, conforme mostrado em seus objetivos.

Sem mais, agradeço aos avaliadores, sempre prestativos, e a todos os pesquisadores que submeteram seus artigos à REPeC. Parabéns aos que tiveram os artigos aprovados, pois a demanda é bastante alta, e o caminho até a publicação final, bastante árduo.

Muito obrigado, novamente, aos leitores. Espero que desfrutem desta nova edição. Tenham um ótimo ano de 2023, com bastante pesquisa de qualidade, novas submissões e, conseqüentemente, novas publicações.

Saudações acadêmicas.

Gerlando Lima, PhD.
Editor-Chefe.